



A Representação da Mulher Militante em *O Corpo Interminável*, de Claudia Lage

Francisca Luana Rolim Abrantes¹; José Edilson de Amorim²

Resumo: O presente artigo analisa a representação da mulher militante em *O corpo interminável*, de Claudia Lage. Os questionamentos que motivaram a nossa pesquisa foram: a) De que modo a mulher militante é configurada no romance de Claudia Lage? Que tipos de opressões os sujeitos femininos sofrem por adentrar num espaço relegado à figura masculina? Para embasar a nossa pesquisa, utilizamos as reflexões sobre Literatura, Ditadura e Militância Feminina de Colling (1997), Figueiredo (2022), Rosa (2013), entre outras. Como resultado, nota-se que as militantes além de serem consideradas putas comunistas, mulheres de condutas desviantes, também eram duplamente agredidas, sofriam torturas psicológicas, tinham suas unhas arrancadas, levavam choques elétricos nas suas partes íntimas, eram afastadas de seus familiares, etc. No entanto, mesmo sofrendo tamanhas barbaridades, as militantes, na obra em estudo, resistem aos horrores praticados pelo regime.

Palavras-chave: Militância feminina; Ditadura; *O corpo interminável*; Claudia Lage.

The Representation of the Militant Woman in *O corpo interminável*, by Claudia Lage

Abstract: This article analyzes the representation of the militant woman in *O corpo interminável*, by Claudia Lage. The questions that motivated our research were: a) How is the militant woman configured in Claudia Lage's novel? What types of oppression do female subjects suffer for entering a space relegated to the male figure? To support our research, we used the reflections on Literature, Dictatorship and Women's Militancy by Colling (1997), Figueiredo (2022), Rosa (2013), among others. As a result, it is noted that the militants, in addition to being considered communist whores, women of deviant behavior, were also doubly assaulted, suffered psychological torture, had their nails pulled out, received electric shocks in their private parts, were removed from their families, etc. However, even suffering such barbarities, the militants, in the work under study, resist the horrors practiced by the regime.

Keywords: Women's militancy; Dictatorship; *O corpo interminável*; Claudia Lage.

¹ Doutoranda e Mestre em Linguagem e Ensino pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/PPGLE). <https://orcid.org/0000-0001-6369-9144>. E-mail: luanarolimabrantest@gmail.com;

² Doutor em Literatura Brasileira pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor associado da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), com atuação na Unidade Acadêmica de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino (PPGLE). E-mail: edilsondeamorim@hotmail.com.

Introdução

Silenciosa força interior, isso é o que têm as mulheres. Uma força discreta[...] alimenta seus gestos de coragem e, tantas vezes, permitem que conservem a cabeça erguida nas circunstâncias mais duras[...] dizendo-se apenas um elemento pequeno em seu grupo[...]. Seria mesmo justo considerá-las pequenas? (Colasanti, 2008, Prefácio VII-IX).

Neste artigo, buscamos apresentar uma leitura crítico-interpretativa do romance *O corpo interminável*, de Claudia Lage, enfatizando, dessa maneira, o protagonismo das militantes na luta contra o governo autoritário, os conflitos vivenciados por elas para continuarem militando, a violência de gênero, a tentativa de apagamento das barbáries da ditadura, o trauma sequencial provocado às vítimas do regime etc.

Natural do Rio de Janeiro, Claudia Lage além de ser escritora, possuir duas formações: uma na área de Letras, com título de mestre em Literatura pela PUC-Rio e outra em Teatro pela UNIRIO, é também roteirista. A autora estreou na Literatura no ano de 2000, com a publicação do livro *A primeira morte e outras naturezas*, cuja obra reúne 13 contos que retratam, com bastante sensibilidade, as experiências emocionais (neurose, culpa, angústia, entre outras) dos sujeitos fictícios.

Além desse livro, Lage publicou, em 2009, *Mundos de Eufrásia*, um romance baseado em fatos reais, cuja narrativa aborda a conturbada e impossível história de amor entre o abolicionista Joaquim Nabuco e Eufrásia Teixeira Leite. Nessa obra, a autora traz uma personagem bem à frente de seu tempo, uma vez que, desde cedo, foi ensinada pelo pai a fazer contas matemáticas e a administrar os negócios financeiros da família. Embora seja bastante consagrada no universo literário, tenha ganhado alguns Prêmios, como *Literatura de Brasília* e *Portugal Telecom*, notamos que essa autora ainda é pouco estudada na academia.

Também percebemos, a partir de uma leitura minuciosa de seus livros, que os temas: protagonismo feminino e a inserção da mulher militante na luta contra a ditadura militar brasileira são evidentes nas narrativas dessa escritora como forma de refletir sobre as opressões lhes impostas. Enfim, as leituras das obras de Claudia Lage são bastante introspectivas, pois não só levam os leitores a mergulharem no mais íntimo de seus personagens, bem como a refletir sobre os dilemas humanos que abarcam os sujeitos ficcionais. Para embasar a nossa discussão, utilizamos como referencial teórico as seguintes estudiosas: Colling (1997), Eurídice Figueiredo (2022), Rosa (2013), Ribeiro (2018), entre outras.

Visibilidade secundarizada da mulher militante na luta contra a ditadura e a relação da guerrilheira com o regime militar (1964- 1979)

Durante o governo militar no Brasil, muitas mulheres foram mortas por atuar de modo ativo nas lutas de resistência contra o regime militar. Mesmo representando uma quantidade menor que os homens, elas participaram de associações, comunidades eclesiais de base, chegaram a empunhar armas nas atuações contra o regime vigente e engajaram-se na luta pela Anistia.

Embora tenham participado de movimentos contra a ditadura militar, percebe-se que há uma visibilidade secundarizada ³da participação da militância feminina contra o autoritarismo. Isto porque, como bem salientam Merlino e Borges (2019, p.18), “quase não há menção ao protagonismo das mães, esposas, filhas, irmãs e amigas daqueles e daquelas que morreram nas mãos dos agentes da repressão e de sua batalha para manter viva sua memória, exigindo do Estado as respostas devidas até hoje”. E quando há, essas mulheres são retratadas apenas como coadjuvantes, como a namoradina ou esposa dos militantes.

No entanto, nota-se que as mulheres buscaram lutar pelo seu espaço na política, relegando, assim, o papel lhes imposto pela sociedade, ou seja, o de dona de casa, dos filhos e do marido. Além disso, as transformações sociais ocorridas nas décadas de 60 e 70, como por exemplo: a criação da pílula contracepcional, o direito ao voto criaram condições importantes para que o sujeito feminino pudesse não só questionar o seu lugar na sociedade, mas também inserir-se nas lutas políticas.

Cabe ressaltar, aqui, que falar sobre o engajamento político das militantes é, também, perceber a atuação dessas mulheres de forma mais ampla, uma vez que, antes mesmo de elas se envolverem na luta contra a ditadura, já militavam em grupos e associações femininas na busca pelos seus direitos enquanto sujeitos femininos. Abrindo mão, como bem ressalva Rosa (2013, p.13), “[...] de destinos seguros e confortáveis para perseguirem suas utopias, em defesa da justiça social, da igualdade e da liberdade”.

³ Embora algumas autoras, como: Ana Colling (1997), Susel Oliveira da Rosa (2013) e a própria Claudia Lage, autora de *O corpo interminável*, usem o termo invisibilidade da mulher militante para se referir à ausência do protagonismo feminino frente às lutas contra a ditadura militar, optamos por utilizar o termo visibilidade secundarizada da militância feminina. Isto porque, a partir de nossas pesquisas e das leituras de diversas narrativas que representam esse período, percebemos que, diferentemente do militante, cuja participação na militância contra o regime é vista em primeiro plano, o sujeito feminino militante é configurado nas obras ficcionais em segundo plano, geralmente, seguido de adjetivação- companheira, namorada, etc.

Em consonância com essa pensadora, Ribeiro, na obra *Mulheres na luta armada*, afirma que foi a partir de movimentos individuais e coletivos que as mulheres começaram a militar contra o regime e que sob as botas dos generais elas começaram a firmar o seu estilo libertário de ser, utilizando, assim, os espaços públicos e privados para militar.

Além de Ribeiro, Colling (1997) afirma que, ao inserir-se nos grupos contra o regime militar, as militantes tinham a intenção de lutar por uma sociedade mais justa e democrática. Assim como os homens militantes, as guerrilheiras buscavam estudar para se aprofundar teoricamente acerca de estratégias para a derrubada da ditadura militar, abdicavam de sua família, seus filhos, viviam em clandestinidade.

Essa autora também ressalta que para a militante ser aceita nos grupos de esquerda, ela deveria adequar-se ao modelo masculino do militante, negando-se, dessa maneira, enquanto mulher, ou seja, o cuidado com a aparência pessoal não merecia lugar nesta nova forma de vida, já que o objetivo principal era guerrilhar, lutar contra o governo opressor.

Por negarem sua condição enquanto mulher, algumas delas passavam a assumir-se também como assexuada, ou seja, as relações afetivas entre as guerrilheiras e os militantes eram descartadas. Isso ocorria devido ao envolvimento das militantes na luta contra os agentes da repressão e a tentativa de igualdade junto ao companheiro, já que, dessa forma, elas achavam que seu desempenho seria bem melhor nas lutas políticas.

Em sintonia com Colling, Rosa também ressalta em seu livro *Mulheres, ditaduras e memórias*: “Não imagine que precise ser triste para ser militante” que a maternidade e o amor eram pontos que enfraqueciam a militância feminina. Embora as mulheres fizessem um esforço desmedido para serem vistas pelos seus companheiros de lutas como militantes, os homens buscavam protegê-las por se acharem mais fortes do que elas (COLLING, 1997).

Por relegar os papéis de mulher na sociedade, por ousar adentrar um espaço político, e não o privado, as guerrilheiras eram duplamente torturadas. Os agentes da repressão agiam de maneira brutal contra os corpos das mulheres militantes, como podemos perceber na fala de Colling (1997, p.79-80):

A violência, materializada na tortura, foi a principal relação que se estabeleceu entre a repressão e as mulheres militantes na prisão [...]. Docilizar o corpo da mulher para sujeitá-lo, fragilizá-lo, para que ela entendesse sua posição de inferioridade absoluta ao poder instituído, são os objetivos principais da tortura.

O fato de a mulher adentrar num espaço político e predominantemente masculino a transformava numa ameaça à ordem familiar. Isto porque elas passavam a ser consideradas

como mal-amadas, mulheres de vida fácil ou, então, putas comunistas e, por esse motivo, elas deviriam ser punidas. Nesse sentido, quando eram presas, os agentes da repressão usavam diferentes técnicas de torturas físicas. À exemplo disso, podemos citar: os choques elétricos nas partes íntimas das mulheres; quando estavam grávidas, os militares aplicavam uma injeção nos seios delas para petrificar o leite produzido em suas mamas, chegavam a fazer o parto sem anestesia; estupravam-nas (ROSA, 2013).

Nesta mesma chave de leitura, Colling (1997) afirma que os agentes da repressão encapuzavam as militantes e tiravam as suas roupas, deixando-as nuas, a fim de fragilizá-la como mulher e como militante. Ainda segundo essa pesquisadora, os militares culpabilizavam os pais das presas políticas por não propiciarem uma educação que priorizasse a concepção tradicional da família, ou seja, educar as mulheres para serem boas companheiras e excelentes mães.

Embora homens e mulheres ficassem nus quando torturados, a nudez era vista pela militante como algo pavoroso. Isto porque causava não só constrangimento à presa política, mas também era uma forma de ela se sentir desprotegida e desestruturada. Conforme aponta Colling (1997, p.90), ao contrário do homem que foi criado sem ter vergonha de seu corpo, “[...] a mulher foi educada para ser recatada, sóbria, defendendo seu corpo de olhares estranhos, olhares que poderiam ser de cobiça ou desejo”.

Outro ponto que merece destaque diz respeito a relação da mulher com a clandestinidade. Segundo Rosa (2013), ao habitar o espaço limiar da invisibilidade, as militantes vivenciaram esse isolamento de diferentes maneiras. Assim sendo, enquanto que para algumas, manter-se invisível para seus familiares, amigos e para a sociedade, de maneira geral, era um estado de solidão, para outras guerrilheiras, era uma oportunidade de elas aprofundarem suas leituras e seus conhecimentos, a fim de buscar estratégias significativas para derrubar a ditadura.

Essa autora também afirma que a clandestinidade era uma rede de afetos, de trocas, de encontros e de muita resistência entre aquelas que militavam na luta contra o regime. Nesse sentido, por acreditarem que podiam derrubar o governo ditatorial brasileiro, muitas militantes agarravam-se aos seus ideais com bastante tranquilidade e paciência.

Mesmo tendo que viver de maneira clandestina, sofrendo torturas psicológicas e físicas, tornando-se nômades e transformando o seu corpo em máquina de luta, as militantes conseguiram resistir aos desmandos da ditadura militar, enfrentando a violência política. O

medo não as paralisou, pelo contrário, ele as impulsionou a lutar pelos seus ideais e pela democracia, como podemos perceber na leitura analítico-interpretativa que fazemos do romance *O corpo interminável*, de Claudia Lage no tópico a seguir.

Cabe ressaltar que essa leitura não se encerra por aqui, pois é um ponto de partida para que outros pesquisadores e estudiosos da área de Literatura aprofundem a discussão acerca dessa narrativa, resgatando, dessa maneira, a história dessas mulheres “[...] que souberam lutar, resistir e encontrar seus próprios espaços, produzindo seus saberes e afirmando ousadamente estilos libertários e feministas de existência” (RAGO, 2013, p.16).

Militância feminina e Ditadura em *O corpo interminável*, de Claudia Lage

O corpo interminável, de Claudia Lage narra a história de Daniel- filho da ex-guerrilheira Julia que, além de ter sido presa e torturada, acaba desaparecendo durante a ditadura militar, sem deixar rastros. Conforme a narrativa, assim que esse garoto nasceu, com poucos dias, sua mãe foi presa pela repressão e impossibilitada de criá-lo. Como forma de protegê-lo, a jovem militante deixa esse filho na porta da casa do seu pai Sebastião Monteiro de Melo que, mesmo com o coração angustiado por não saber o que, de fato, tinha acontecido à filha, acaba criando o neto com a ajuda de dona Jandira, uma vizinha com quem, possivelmente, mantinha um relacionamento amoroso e bastante reservado.

Daniel cresce imerso no silêncio do avô materno que, por não gostar de falar sobre o sumiço de sua filha Julia, tenta de todas as maneiras ocultar fatos importantes da vida dela para o neto. Além disso, sempre que Daniel o interpelava sobre esse passado tão misterioso da mãe, o avô desconversava, ficava irritado, dizia que não sabia o que tinha acontecido com ela.

À medida que vamos lendo o romance, percebemos a angústia, a tristeza desse filho por não saber bem ao certo o que teria acontecido com a sua progenitora, um garoto que imaginava a morte da mãe de diferentes formas, “[...] que colocava sangue e violência nessas mortes” (LAGE, 2019, p.25).

Embora não gostasse de falar sobre o passado da filha, Sebastião não privava o neto de ter acesso aos jornais, revistas e programas de televisão que enfatizavam os horrores praticados pelo autoritarismo brasileiro. Também é interessante destacar que, após o sumiço da jovem militante, o avô sempre buscava preservar os móveis da casa no mesmo lugar, como podemos ver na citação abaixo:

O avô deixou a cama arrumada e vazia na esperança de a filha voltar, mas foi o menino que a ocupou depois. Não era esperado, mas o avô o pôs ali. O menino ocupa o vazio deixando uma substituição frustrada desde o início (LAGE, 2019, p.38).

A atitude do avô de Daniel de manter os móveis sempre no mesmo lugar é uma forma de preservar a memória dessa filha a quem ele tanto amava e que, infelizmente, acabou perdendo para o regime. Além disso, supõe-se que Sebastião não gostava de falar acerca desse passado traumático para o neto porque sentia-se culpado por ter denunciado o grupo da jovem militante ao regime militar, como podemos perceber no trecho a seguir: “Há suspeitas de que ele denunciou a célula de Julia, que ela foi presa com os companheiros, mas que o combinado era que não fosse, e o seu Sebastião correu todos os departamentos oficiais para que o acordo fosse cumprido, há suspeitas, há indícios” (LAGE, 2019, p.190).

Por carregar a culpa da prisão e do sumiço da filha, Sebastião além de não ter uma relação amorosa com o neto. Essa postura do avô de Daniel nos faz lembrar as palavras de Gagnebin (2006, p.110) ao afirmar que “é próprio das pessoas que passaram por experiências violentas evitarem falar sobre o seu passado, pois o trauma provoca uma ferida aberta na alma que impede o sujeito de reelaborar ou narrar simbolicamente a sua dor”.

Diante da falta de informação sobre o passado da mãe, resta ao narrador protagonista remexer os objetos pessoais do avô, a fim de encontrar algo que revele a história da ex-militante, no entanto, ao entrar no quarto de Sebastião, Daniel só encontra uma caixa com algumas fotos soltas, um álbum vazio e amarelado. Devido à rebeldia do jovem, dona Jandira acaba deixando-o de castigo num quarto escuro.

Na busca pelo passado da mãe, Daniel encontra, numa caixa, algumas fotos soltas de sua genitora quando pequena e o livro *Alice nos país das maravilhas*, cujas páginas incompletas, amareladas, com algumas anotações nas margens, grifos, observações, frases copiadas fielmente da obra original despertam nele alguns questionamentos e hipóteses acerca do desaparecimento de sua mãe Julia.

As anotações feitas pela mãe são interpretadas por Daniel como um pedido de socorro, um perigo diante de uma realidade brutal ou até mesmo um desabafo durante os momentos de aflição os quais a jovem, possivelmente, enfrentara quando estava sendo torturada na sala do DOPS. O livro de Lewis Carroll foi o ponto de partida para que esse jovem começasse a pesquisar não só sobre o desaparecimento da mãe, mas também sobre esse passado de tamanhas barbaridades.

Nesse sentido, Daniel, a fim de chegar a uma resposta acerca do que acontecera à sua mãe, começa a consultar livros sobre a ditadura militar brasileira na biblioteca. Lá, o protagonista conhece Melina, uma moça que, assim como ele, também tem interesse por esse passado traumático. A partir desse primeiro encontro, eles passam não só a se encontrar por diversas vezes, mas também a dividir a leitura de um mesmo livro, cujo relatos configuram esse período de graves violações de direitos humanos.

Desses encontros frequentes à biblioteca, dos diálogos sobre o regime militar, sobre a tentativa de apagamento desse período histórico e os diversos métodos de torturas aplicados àqueles que se rebelavam contra o governo, os dois jovens acabam se aproximando de maneira tão intensa, que passam não só a assumir um relacionamento amoroso, mas também a dividir o mesmo teto, suas histórias e conflitos pessoais, como podemos ver um trecho em que Daniel fala à Melina sobre o desconforto de dormir na cama da mãe, bem como da morte nunca confirmada da genitora: “Não lembro de nenhuma sensação de conforto ao dormir na cama da minha mãe, não era nela nem em seu sorriso que pensava, mas na ausência e na sua morte nunca confirmada [...]” (LAGE, 2019, p.42-43).

Daniel carrega um trauma por não ter a certeza do que aconteceu a sua mãe. Por outro lado, percebe-se, também, que a questão da ausência do corpo é bastante relevante na narrativa. Isto porque tanto o protagonista, quanto os familiares e amigos de sua mãe não conseguem elaborar o luto através da ritualização da morte, já que o corpo de Julia (assim como é revelado no fim do romance) não aparece. Acerca disso, a professora Eurídice Figueiredo (2022, p.73) declara que “o sumiço do corpo representa um grande desrespeito porque é próprio da morte humana a cerimônia do enterro ou da cremação; não devolver o corpo aos familiares é tratar a pessoa como animal”.

Privado do luto, Daniel sente não só uma angústia inextinguível por não saber ao certo o que aconteceu com a mãe, o que fizeram com o corpo dela, já que durante a ditadura militar os corpos dos desaparecidos foram descartados como se fossem carcaças de animal, mas também vivencia um trauma por não conhecer sua verdadeira história. Leiamos a passagem a seguir:

Esse é o verdadeiro sofrimento desse filho, que não consegue imaginar a mãe como uma pessoa que se pode encontrar na esquina, uma pessoa que existiu, mas é tão pouco quando há algo maior aí que se cala, pessoas que foram arrancadas de suas casas, de suas famílias, e sumiram depois de longas sessões de torturas, jogadas no fundo do mar, incineradas em fornos a lenha, indústrias, ou enterradas em cemitérios clandestinos (LAGE, 2019, p.43).

Segundo Jaime Ginzburg (2004, p.55-56), o trauma sequencial ocorre quando “[...] uma experiência histórica de violência não atinge apenas os que estão imediatamente vinculados a ela. Na medida em que essa experiência não seja superada, por vários caminhos mediados, suas marcas se prolongam para as gerações seguintes”. Nesse sentido, dialogando com esse estudioso, nota-se que tanto Daniel, quanto o seu avô Sebastião vivenciam um trauma sequencial, uma vez que a dor da perda de Julia não foi superada.

Entretanto, nota-se que ambos os personagens vivenciam experiências distintas em relação ao regime, pois enquanto a mãe de Daniel atuava em oposição ao regime, o pai de Melina colaborava com os agentes da repressão, fotografando cenas forjadas de suicídio e mortes dos presos e das presas políticas, ocorridas na “Casa da Morte”, que ficava próxima a sua residência, de modo a enganar os familiares das vítimas.

Ao contrário de Daniel que de nada sabe sobre o passado da mãe, Melina conhece toda a história de seus pais, o conflito que a mãe vivenciava por ter um companheiro que colaborava com a ditadura e a espancava por, possivelmente, questioná-lo sobre esse tipo de trabalho. Inclusive, a jovem namorada do protagonista sente-se envergonhada por esse passado dos pais, chegando a indagar-se como uma pessoa pode viver numa época como se vivesse em qualquer outra, como os seus pais podiam ter ignorado todas as barbaridades da ditadura militar. O questionamento de Melina nos faz pensar sobre a tentativa de apagamento das barbaridades praticadas pelo regime e que, até hoje, acarreta sofrimento para as vítimas e seus familiares que veem a continuação da impunidade.

Segundo Kehl (2010, p.124) esse esquecimento proposital acerca dos horrores cometidos pelo regime militar brasileiro acarreta uma naturalização da violência como “grave sintoma social”, pois essa impunidade “tende a provocar uma sinistra escalada de práticas abusivas por parte dos poderes públicos, que deveriam proteger os cidadãos e garantir a paz”.

Além de chamar a atenção do leitor para a importância de conhecer esse passado de graves violações de direitos humanos, nota-se que Claudia Lage constrói uma narrativa intercalada que se abre para um conjunto de atos narrativos ou microrrelatos de mulheres militantes em diversas situações de violência-limítrofe. Sobre esse processo criativo de narração dessa escritora, Eurídice Figueiredo (2022, p.74), ao fazer uma leitura acerca desse romance afirma que “a voz narrativa de *O corpo interminável* se dilui em múltiplos narradores, formando

uma orquestra de vozes dissonantes que não podem contar uma história de maneira linear e realista porque as informações sobre o passado foram ocultadas”.

Nesse sentido, ao trazer as histórias de várias militantes em situações adversas, deduzimos que, possivelmente, a intenção da autora é levar o/a leitor(a) a imaginar o que tenha não só ocorrido à mãe do protagonista, mas também o que essa mulher, enquanto guerrilheira, teve que enfrentar, primeiramente, para desafiar um sistema repressor e uma sociedade machista; segundo, para lutar por um espaço marcado pela diferença e exclusão, ou seja, o espaço da militância feminina contra o regime militar.

Desse modo, um dos atos narrativos que nos chama a atenção nesse romance é a cena de uma militante grávida sendo torturada psicologicamente numa sala de prisão. Nesse momento de tamanha fragilidade da presa política, o torturador se aproveita da situação dela, a fim de conseguir possíveis informações sobre o grupo em que ela militava. Vejamos:

Eles não a poupavam, o seu filho vai nascer doente, var nascer morto, não vai nascer. Nunca diziam filha, nem consideravam a possibilidade de mais uma mulher no mundo. Um dia, chamaram um médico. Você vai parir como um animal. Vai morrer, vagabunda. Ela segurava a barriga e dizia o contrário. Tudo que era o pior tinha o seu correspondente bom, foi o jogo que começou a fazer. Eles queriam que acreditasse na morte, no fim, na traição, no desterro, na inutilidade, na culpa. Ela abraçava a barriga, repetia o contrário até se tornar possível (LAGE, 2019, p.92-93).

Nota-se, no fragmento acima, que a mulher militante tenta resistir à tortura psicológica lhe imposta de maneira bastante corajosa, sem temer o que lhe pudesse acontecer. Além disso, há um outro fragmento na narrativa em que a presa política é impedida de vivenciar a maternidade, já que é obrigada a entregar seu filho, com poucos dias de ele ter nascido, a algum membro familiar ou amigo. Leiamos:

Os capangas ficaram no carro, vigiando a cena. Ela saiu levando a cesta, o homem mais largo a acompanhou, com um caderno e caneta na mão. Para que isso, ela perguntou. Você não vai tocar a campainha agora, não vai falar com ninguém, vai escrever neste papel, tive que ir ao dentista, cuida do meu filho até a minha volta. Ela o olhou sem esperanças. Escreva e coloque na cesta com o bebê (LAGE, 2019, p.85).

Na narrativa, também há um relato bastante forte que mostra uma militante grávida sendo torturada fisicamente, no momento de trabalho de parto, sem ao menos aplicarem uma anestesia geral para retirar a criança da barriga da presa política. Nesse trecho, o corpo da mulher é tido como um tecido qualquer, que pode ser violado de maneira animalesca. Vejamos o fragmento a seguir:

Quando o médico veio, não o deixaram dar a anestesia. Ela sentiu o corte a sangue frio, a sangue quente. E, de repente, o vazio. Ouviu o choro cortando a cela, entre as paredes imundas, o choro de seu bebê. Antes de desmaiar, estendeu os braços, mas eles despencaram. Ouviu o próprio grito. Fechavam a sua barriga, a sangue frio, a sangue quente. Os braços inertes, a agulha entrando e saindo da pele. A sua pele era um tecido qualquer. (LAGE, 2019, p.93).

A violência sobre o corpo da presa política é uma forma não só de os agentes da repressão humilhá-la por desafiar os padrões sociais lhe impostos, limitando, dessa maneira, o espaço da mulher na sociedade, mas também de mostrar a força masculina sob o sujeito feminino que, tendo o corpo imobilizado, não consegue se defender da tortura física.

Essa relação de poder sobre o corpo da militante de maneira brutal é configurada em várias passagens da obra de Cláudia Lage, no entanto, acreditamos que um dos trechos mais chocantes de toda a narrativa é o momento em que os militares, abusando do poder, aplicam choques na genitália da presa política, deixando-a sem forças para se defender.

De quatro puxaram seus cabelos para trás, bateram na sua bunda, chutaram, depois a viraram, abriram as suas pernas, xoxota feia, fedorenta, ela já tinha dito os nomes que pôde dizer, os endereços que pôde [...] acabou, ela gemeu, acabou, começou a gritar, colocaram os eletrodos na sua vagina, nos ouvidos, na língua, ela não servia para mais nada (LAGE, 2019, p.171).

Mesmo diante dos atos bárbaros, nota-se que as mulheres militantes foram mais fortes do que o medo imposto pela repressão, pois, de maneira bastante corajosa, souberam enfrentar as desigualdades de gênero, rompendo, assim, com as barreiras do patriarcado e “[...] o modelo histórico feminino que povoa os sonhos e o imaginário masculino” (COLLING, 1997, p.101). Além da violência imposta aos corpos das guerrilheiras, Lage também narra uma experiência de vulnerabilidade e privação, vivida pelas militantes na clandestinidade. Vejamos:

[...] não podemos sair, você muito menos que chegou há pouco, o seu rosto pode estar num cartaz, o cartaz pode estar nesse mercado da esquina, qualquer pessoa pode te reconhecer e te denunciar, chegar até aqui, ferrar a gente de vez, ferrar outros companheiros[...] (LAGE, 2019, p. 158).

O contexto de isolamento mostra a falta de liberdade que as militantes tiveram que enfrentar, a fim de não serem descobertas pelos militares, bem como de protegerem seus companheiros de luta política contra o autoritarismo brasileiro. Conforme aponta Rosa (2013, p.49), a vivência da clandestinidade leva o sujeito a tornar-se invisível socialmente, ou seja, a morrer para o mundo, uma vez que habitar nesse espaço “[...] significa furtar-se à estrutura jurídica e política, transgredir códigos e as fronteiras demarcatórias, usar mensagens

codificadas, mudar de nome, de roupa, trocar a cor do cabelo, passar por privações emocionais e físicas”.

Dialogando com a pensadora, observamos que, no romance, as presas políticas enfrentaram não só situações de isolamento, como também tiveram que mudar seus nomes por diversas vezes, afastar-se de seus familiares e amigos para que, assim, não os prejudicassem, tampouco fossem descobertas pelo regime.

Por outro lado, a relação homoafetiva entre as militantes também é configurada no romance, como uma forma de suportar as carências e a solidão. À exemplo disso, podemos citar um trecho que retrata a troca de afetos entre duas mulheres trancafiadas numa casa, abandonadas sem alimentos e com uma criança. Vejamos:

[...]cada repetição é a confirmação de que estamos sozinhas, de que fomos esquecidas, a mulher insiste, eles vão chegar, não nos deixariam aqui, quase discutimos, mas a criança dorme, a mulher a coloca no chão e se deita ao meu lado, diz para eu não ter medo, me abraça, encosto o rosto em seu colo, sinto o volume dos seios, sinto novamente vontade de tocá-los. a mulher advinha meu desejo e leva a minha mão até eles, eu também gosto do seu corpo[...] (LAGE, 2019, p.186).

Embora tenhamos uma cena bastante erótica, nota-se que a intenção da autora é mostrar que essa troca afetiva entre as mulheres militantes é uma forma de resistência à clandestinidade e, sobretudo, à repressão. Em outra cena do romance, uma ex-presa política, com algumas unhas arrancadas e roxas, é acolhida por uma outra mulher.

Nota-se que, no romance, o corpo apresenta múltiplas significações, a saber: a) o livro é intitulado *O corpo interminável*, porque é um corpo que não teve direito ao luto, ao enterro; b) É um corpo que, mesmo trazendo marcas de um passado brutal, insisti em gerar um bebê como forma resistir à violência; c) um corpo “[...] que se estende, que se perpetua, é apresentado como a extensão da prática humana, das relações desiguais, violentas, impostas, mas também por aquelas relações afetivas, possibilitadas por meio de trocas e da criação de laços” (SILVA, 2020, p.4).

Além disso, o corpo também representa o sofrimento das mulheres resistentes ao regime arbitrário, porque as presas políticas são registradas não apenas enquanto participantes dos fatos, mas também a partir do processo de vivências que as torna sujeitos da história.

As torturas psicológicas e físicas cometidas aos sujeitos femininos na obra em estudo representam tanto a violência imposta por uma cultura patriarcal que sempre buscou dominar as mulheres, impedindo-lhes de conquistar espaços de domínio masculino, quanto crimes

humanos praticados pelos militares, cujas ações apoiadas pelo Estado e por uma parcela da população, correspondiam às barbaridades praticadas contra aqueles(as) que ousassem ir contra o regime.

No entanto, notamos que as imposições às presas políticas não serviram para paralisá-las, mas para que pudessem, com tamanha audácia e determinação, reivindicar o seu lugar na sociedade, a fim de não só resistir à violência de gênero, mas também de lutar pelo seu espaço enquanto sujeito feminino na política.

Enfim, ao resgatar a memória das militantes, a partir de experiências vividas por mulheres nas salas de torturas e na clandestinidade, Claudia Lage busca, de modo inovador, tanto captar as ruínas desse passado mal resolvido, quanto revelar os conflitos dos sujeitos que viveram ou foram afetados de maneira direta e indireta pelo totalitarismo da violência de Estado.

Considerações finais

A maneira de configuração do sofrimento das mulheres resistentes ao regime arbitrário, criado por Claudia Lage, torna-se inovadora, porque as presas políticas são registradas não apenas enquanto participantes dos fatos, mas também a partir do processo de vivências que as torna sujeitos da história. Na narrativa em estudo, as mulheres militantes não só rompem com as imposições do patriarcado por adentrar num espaço politicamente relegado ao sujeito masculino, mas também por lutar contra os horrores perpetrados pela ditadura.

Ao romperem com os padrões morais que estavam sendo questionados nesse período, as guerrilheiras sofrem as mais diversas opressões, no entanto, mesmo enfrentando as arbitrariedades do Estado, as personagens do romance não se deixam intimidar, não recusam as tarefas por causa do ciclo menstrual, da gravidez, da amamentação. E aquelas que caem nas garras do regime enfrentam seus algozes de maneira firme, audaciosa e altiva.

Enfim, ao configurar o protagonismo das militantes na obra em estudo, Claudia Lage dá visibilidade a história das mulheres que lutaram contra o regime, tirando-as do silenciamento que paira sobre a nossa sociedade, a fim de mostrar que, assim como os homens, elas lutaram pela democratização de nosso país e que, “ao lado de todos os que perderam a vida lutando contra o regime militar, houve sempre uma mulher que não se resignou” (BORGES; MERLINO, 2019, p.17).

Referências

BORGES, Carla; MERLINO, Tatiana. Sobre romper décadas de silêncio. In: **Heroínas desta história: mulheres em busca de justiça por familiares mortos pela ditadura**. BORGES, Carla; MERLINO, Tatiana (Org.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CARROLL, Lewis. **Alice no país das maravilhas**. Porto Alegre: L&PM, 1998. 172 p. il.

COLASANTI, Marina. Prefácio. A silenciosa força das mulheres. In.: HUMBERT, Agnès. **Resistência: a história da mulher que desafiou Hitler**. Trad. de Regina Lyra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

FIGUEIREDO, Eurídice. **A nebulosa do (auto)biográfico: vidas vividas, vidas escritas**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2022.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GINZBURG, Jaime. Ditadura e estética do trauma: exílio e fantasmagoria. In: **O rosto escuro de Narciso: ensaios sobre literatura e melancolia**. VIANA, Chico (Org.). João Pessoa: Ideia, 2004.

KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: **O que resta da ditadura: a execução brasileira**. TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). São Paulo: Boitempo, 2010.

LAGE, Claudia. **A pequena morte e outras naturezas**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

LAGE, Claudia. **Mundos de Eufrásia**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

LAGE, Claudia. **O corpo interminável**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. **Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN**. São Paulo: Alameda, 2018.

ROSA, Susel Oliveira de. **Mulheres, ditaduras e memórias: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”**. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013.

SILVA, Carlos Wender Sousa. **Claudia Lage – O corpo interminável**. Brasília, DF: Regina Dalcastagnè, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/elbc/a/TPttb7RBPj8DkWKWHVfntQy/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 20 de março de 2024.

Como citar este artigo (Formato ABNT):

ABRANTES, Francisca Luana Rolim; AMORIM, José Edilson de. A Representação da Mulher Militante em *O Corpo Interminável*, de Claudia Lage. **Id on Line Rev. Psic.**, Maio/2024, vol.18, n.71, p.266-279, ISSN: 1981-1179.

Recebido: 16/05/2024; Aceito 22/05/2024; Publicado em: 31/05/2024.